

FRISA COMERCIAL S.A.

CNPJ: 12.892.415/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: em cumprimento às disposições legais, viemos submeter à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Colatina, 23 de março de 2020.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)				Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2019	2018	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.760	4.812	Fornecedores	11	3.095	3.312
Clientes	5	2.130	1.701	Obrigações trabalhistas	12	54	48
Estoques	6	1.274	977	Obrigações fiscais	13	252	164
Impostos a recuperar	7	2	1	Provisões	14	164	160
Outros		23	31	Outras contas a pagar		2	5
		8.189	7.522			3.567	3.689
Não circulante				Patrimônio líquido			
Depósitos judiciais	8	18	18	Capital social	15	723	723
Investimentos	9	21	16	Reserva de capital	15	931	931
Imobilizado	10	1.306	1.038	Reserva legal	15	145	341
		1.345	1.072	Reserva de investimentos	15	4.168	2.910
						5.967	4.905
Total do ativo		9.534	8.594	Total do passivo e patrimônio líquido		9.534	8.594

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva para Investimentos	Lucro/Prejuízo Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017		723	931	272	2.614	-	4.540
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.365	1.365
Constituição da reserva legal	15 d	-	-	69	-	(69)	-
Distribuição de dividendos	15 c	-	-	-	(1.000)	-	(1.000)
Constituição da reserva para investimentos	15 e	-	-	-	1.296	(1.296)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		723	931	341	2.910	-	4.905
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.062	2.062
Transferência para reservas para investimentos	15 d	-	-	(196)	196	-	-
Distribuição de dividendos	15 c	-	-	-	(1.000)	-	(1.000)
Constituição da reserva para investimentos	15 e	-	-	-	2.062	(2.062)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		723	931	145	4.168	-	5.967

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída em 14 de setembro de 2010, sob a forma de Sociedade Anônima de Capital Fechado, subsidiária integral da Frisa Frigorífico Rio Doce S.A., com a denominação de Frisa Comercial S.A., com sua sede na Rua Fioravante Rossi, 4000 A, bairro Honório Fraga em Colatina (ES). Iniciou suas atividades operacionais em fevereiro de 2011 e atualmente possui 7 filiais em operação. Explora o ramo de comércio varejista de carnes e derivados, e foi criada com o desmembramento das filiais varejistas do Frisa Frigorífico Rio Doce S.A., sua única acionista.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(a) Declaração de conformidade com as normas IFRS e BRGAAP - As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como pelas Normas, Orientações e Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro/prejuízo do exercício	2.062	1.365
Outros resultados abrangentes	-	-
	2.062	1.365

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

de Administração em 23 de março de 2020. **(b) Base de mensuração** - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **(c) Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações individuais com as normas contábeis vigentes no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

	Nota	2019	2018
Receita bruta de produtos e serviços	16	39.426	36.246
(-) Vendas canceladas		(9)	(3)
(-) Impostos		(807)	(636)
Receita líquida de vendas		38.610	35.607
Custo das mercadorias vendidas		(31.534)	(29.942)
Lucro bruto		7.076	5.665
Receitas/Despesas operacionais			
Com vendas e comerciais	17	(4.045)	(3.738)
Depreciação e amortização		(116)	(99)
Outras receitas e despesas	18	(14)	18
Resultado operacional		2.901	1.846
Receitas financeiras	19	197	187
Despesas financeiras	20	(12)	(15)
Resultado antes dos impostos incidentes		3.086	2.018
Imposto de renda e contribuição social	21	(1.024)	(653)
Resultado do período		2.062	1.365

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa		
Resultado do exercício	2.062	1.365
Depreciação e amortização	116	103
Provisão para contingências	-	(21)
Baixa de ativos imobilizado	1	5
Variações em ativos e passivos operacionais, circulante e não circulante		
Clientes	(429)	91
Estoques	(297)	36
Outros ativos	7	4
Contas a pagar a fornecedores	(217)	1.474
Obrigações fiscais e sociais, e provisões de férias e outras	97	45
Outras contas a pagar	(3)	-
Caixa líquido gerado em ativos e passivos operacionais, circulante e não circulante	1.337	3.102
Variações das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado	(385)	(124)
Adições aos investimentos	(4)	(3)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(389)	(127)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(1.000)	(1.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(1.000)	(1.000)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(52)	1.975
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.812	2.837
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.760	4.812
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(52)	1.975

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FRISA COMERCIAL S.A.

CNPJ: 12.892.415/0001-04

► Continuação

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **(a) Instrumentos financeiros** - Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. **(b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa estão representados por aplicações de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **(c) Apuração do resultado** - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **(d) Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes estão apresentadas pelo valor faturado e não tem a incidência de juros.

(e) Estoques - Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição, inclusive os materiais de consumo. **(f) Imobilizado** - *i. Reconhecimento e mensuração* - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicáveis. Os gastos com reformas e manutenção, que aumentam significativamente a vida útil das instalações e equipamentos, são capitalizados. Os itens do ativo imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. *ii. Depreciação* - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edificações	60 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 25 anos
Equipamentos de Informática	3 a 10 anos
Móveis e Utensílios	10 a 25 anos

(g) Demais ativos circulantes e não circulantes - São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. **(h) Passivo circulante e não circulante** - Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelo valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente, quando aplicável, é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo.

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social - O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e

qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **(j) Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. A Companhia, em 31 de dezembro de 2019, não tem nenhum ativo ou passivo (contas a receber ou contas a pagar) a ser ajustado a valor presente. **(k) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018** - Em 1º de janeiro de 2018 entraram em vigor o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de Contratos com Clientes, a saber: **a) CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros**: O CPC 48 (IFRS 9) substituiu as orientações existentes na CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 (IFRS 9) incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 (IAS 39). Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais. A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir: (i) a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e (ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício. A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção do CPC 48 (IFRS 9) em suas operações e não identificou impactos significativos.

b) CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contrato com Cliente: O CPC 47 (IFRS 15) introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 (IFRS 15) substituiu as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações. A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos. **(l) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018** - As seguintes normas e interpretações foram emitidas ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em consonância com o documento correlato emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia às aplicará apenas na data de sua adoção inicial. **a) CPC 06 R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil**: O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções

opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 R2 (IFRS 16) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Administração revisou todos os contratos de arrendamento das empresas do grupo e concluiu que a maior parte refere-se a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais as empresas do grupo não controlam o ativo e nem direcionam o uso. Estes arrendamentos continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício. **b) ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**: Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação. Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a entidade deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Os valores de caixa e equivalentes incluem os saldos em conta corrente e os de aplicações financeiras de curto prazo.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores de caixa e equivalentes incluem os saldos em conta corrente e os de aplicações financeiras de curto prazo.

Composição	2019	2018
Caixas	164	302
Bancos	95	466
Aplicações financeiras	4.501	4.044
	<u>4.760</u>	<u>4.812</u>

Composição das aplicações financeiras:

	2019	2018
Banco Banestes S.A.	34	16
Banco Itaú Unibanco S.A.	1.631	-
Caixa Econômica Federal	2.836	4.028
	<u>4.501</u>	<u>4.044</u>

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Composição	2019	2018
Cartões de crédito a receber	1.955	1.521
Contas a receber de clientes	102	78
Outras contas a receber	73	102
	<u>2.130</u>	<u>1.701</u>

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

Composição	2019	2018
A vencer	2.116	1.698
Vencidos até 30 dias	5	-
Vencidos acima de 30 dias	9	3
	<u>2.130</u>	<u>1.701</u>

6. ESTOQUES

Composição	2019	2018
Mercadorias para revenda	1.164	887
Materiais de manutenção e consumo	110	90
	<u>1.274</u>	<u>977</u>

FRISA COMERCIAL S.A.

CNPJ: 12.892.415/0001-04

► Continuação

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Composição	2019	2018
ICMS	1	-
PIS e COFINS	1	1
	<u>2</u>	<u>1</u>

8. DEPÓSITO JUDICIAL

Composição	2019	2018
Cíveis	18	18
	<u>18</u>	<u>18</u>

9. INVESTIMENTOS

Composição	2019	2018
Participação do SICOOB		
Leste Capixaba	21	16
	<u>21</u>	<u>16</u>

10. IMOBILIZADO

Composição	2019	Adições	Baixas	2018
Construções	842	116	-	726
Máquinas e equipamentos	920	223	(13)	710
Equipamentos de informática	130	10	-	120
Móveis e utensílios	123	33	-	90
Outros	52	2	-	50
	<u>2.067</u>	<u>384</u>	<u>(13)</u>	<u>1.696</u>

Depreciações e Amortizações:

Construções	(188)	(27)	-	(161)
Máquinas e equipamentos	(389)	(62)	12	(339)
Equipamentos de informática	(106)	(13)	-	(93)
Móveis e utensílios	(50)	(8)	-	(42)
Outros	(28)	(5)	-	(23)
	<u>(761)</u>	<u>(115)</u>	<u>12</u>	<u>(658)</u>

Total do imobilizado	1.306	269	(1)	1.038
-----------------------------	--------------	------------	------------	--------------

11. FORNECEDORES

Composição	2019	2018
Fornecedores pessoa física	8	9
Fornecedores pessoa jurídica	3.087	3.303
	<u>3.095</u>	<u>3.312</u>

As obrigações com fornecedores estão relacionadas aos gastos com aquisição de mercadorias para revenda, serviços e demais materiais de manutenção e consumo.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Composição	2019	2018
INSS a recolher	39	35
FGTS a recolher	13	11
Outros	2	2
	<u>54</u>	<u>48</u>

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Circulante	2019	2018
ICMS	18	16
IRRF	8	9
PIS	3	1
COFINS	14	7
IRPJ	153	96
CSLL	56	35
	<u>252</u>	<u>164</u>

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Reconhecida quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com razoável segurança. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía em andamento processos de natureza

trabalhista ou cível, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de provável perda, apenas de possível perda no montante de R\$ 10.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital social** - O capital social da Companhia está representado por 723.019 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Acionista	Valor em R\$	%
Frisa Frigorífico Rio Doce S.A.	723	100
	<u>723</u>	<u>100</u>

(b) **Adiantamento para Futuro Aumento de Capital** - Refere-se à diferença entre o valor do capital no ato do levantamento para a criação da Companhia e o valor efetivamente integralizado no capital. O montante de R\$ 931 mil será integralizado ao capital social da Companhia.

(c) **Dividendos** - Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2019, a Companhia deliberou pagamento de dividendos à controladora Frisa Frigorífico Rio Doce S.A. no valor de R\$ 1.000, o qual foi pago dentro do ano calendário de 2019.

(d) **Reserva legal** - Em 2019 não foi constituída a reserva legal, pois a mesma já havia atingido o valor de 20% do capital social. Foi revertido o montante de R\$ 196 que excedia aos 20% do capital social para reserva de investimentos.

(e) **Reserva de investimentos** - A Administração da Companhia destinou o montante de R\$ 2.062 para constituição de reserva para investimentos, para a execução de planos de investimentos no pressuposto de aprovação em Assembleia Geral (R\$ 1.296 em 2018). Foi transferido o valor excedente da reserva legal no montante de R\$ 196.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição	2019	2018
Receita bruta de vendas	39.417	36.243
Deduções de vendas		
ICMS	245	195
PIS e COFINS	562	441
	<u>807</u>	<u>636</u>
Receita operacional líquida	38.610	35.607

17. DESPESAS COM VENDAS E COMERCIAIS

Composição	2019	2018
Gastos com pessoal	1.757	1.601
Aluguéis e condomínio	492	440
Publicidade e propaganda	28	23
Despesas com cartão de crédito	527	650
Outros gastos com pessoal	144	123
Energia elétrica e água	673	532
Material de expediente e consumo	221	194
Materiais de limpeza e conservação	75	62
Outras despesas com vendas	128	113
	<u>4.045</u>	<u>3.738</u>

18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Outras receitas	2019	2018
Bonificações	1	1
Dividendos	5	3
Vendas do ativo imobilizado	7	-
Despesas recuperadas	-	11
Reversão de provisões para contingências	-	21
Outras receitas operacionais	-	1
	<u>13</u>	<u>37</u>

Outras despesas	2019	2018
Despesas não dedutíveis	(15)	(4)
Custo da alienação de ativo imobilizado	(1)	-
Pis e Cofins sobre outras receitas	(11)	(11)
Outras despesas operacionais	-	(4)
	<u>(27)</u>	<u>(19)</u>
	<u>(14)</u>	<u>18</u>

19. RECEITAS FINANCEIRAS

Composição	2019	2018
Rendimentos de aplicações financeiras	194	186
Outras receitas financeiras	3	1
	<u>197</u>	<u>187</u>

20. DESPESAS FINANCEIRAS

Composição	2019	2018
Juros passivos	(1)	(1)
Bonificações	(2)	-
Despesas bancárias	(7)	(5)
IOF sobre ativos financeiros	(1)	(8)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
	<u>(12)</u>	<u>(15)</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O valor registrado como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis está calculado conforme demonstrado a seguir:

Composição	2019	2018
Resultado do exercício antes dos tributos	3.086	2.018
Total das adições/exclusões	(3)	(2)
Base de cálculo do IRPJ	3.083	2.016
Imposto de Renda (15%)	463	302
Adicional de imposto de renda (10%)	284	174
(-) Deduções legais de IRPF	-	-
Total IRPJ	747	473
Despesas dedutíveis apenas para fins de CSLL	(3)	(2)
Base de cálculo da CSLL	3.083	2.014
Contribuição social (9%)	277	180
Total	1.024	653

22. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em consonância com o Ofício Circular nº 02/2020 emitido em 28 de fevereiro de 2020 pela CVM, a Companhia informa que os efeitos causados pelo COVID-19 não afetarão a continuidade do negócio, constantemente tem avaliado os potenciais impactos do Coronavírus (COVID-19) nas áreas administrativas e de operações e tem tomado algumas medidas visando frear a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos. Ressalta-se ainda que até o momento não houve impacto relevante ou material em seus negócios que justificasse alteração nos números relativos a 31 de dezembro de 2019. A Companhia continuará avaliando tais impactos e riscos e fará as divulgações necessárias quando pertinentes.

Diretoria

Arthur Arpini Coutinho
Diretor Presidente

Emerson Leonardo Lazaro
Diretor

Evaldo Mario Lievore
Diretor

Contador

Rubens Pereira do Nascimento
Contador - CRC-ES 009449/O-4

Continua ►►

FRISA COMERCIAL S.A.

CNPJ: 12.892.415/0001-04

▶▶ Continuação

Relatório do Auditor Independente sobre às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da FRISA COMERCIAL S.A. Colatina – ES. Revisamos as demonstrações contábeis da Frisa Comercial S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma

internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas. Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis. **Conclusão** - Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve

a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Frisa Comercial S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 22 de março de 2019, sem ressalvas.

Colatina, 25 de março de 2020

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1-S-RJ
Julian Clemente
Contador CRC 1SP 197232/O-6-S-ES